

## FIT 2023: Evento reúne especialistas do Brasil e do exterior na próxima semana

Com o tema “Perspectivas da tributação progressiva no Brasil e a experiência internacional”, o Fórum Internacional Tributário (FIT) acontece de 28 a 30 de agosto, em Brasília. O evento será transmitido ao vivo pela TV ANFIP. As inscrições para participação virtual podem ser feitas [aqui](#).

O FIT 2023 pretende reforçar a importância de que a reforma tributária brasileira deve ser ampla, visando não apenas a eficiência econômica, mas também a redução das desigualdades. Seu cerne é a redistribuição das bases de incidência dos tributos, reduzindo-se os que incidem sobre o consumo e a folha de pagamentos e ampliando-se os que incidem sobre as altas rendas e a riqueza.

Esta é uma iniciativa conjunta da ANFIP, da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), com apoio da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Confira [aqui](#) a programação completa e [aqui](#) a página exclusiva do FIT, com todas as informações sobre o evento.



**fit 2023** Fórum Internacional Tributário  
Perspectiva da tributação progressiva no Brasil e a experiência Internacional  
**28 a 30**  
Agosto de 2023  
Brasil 21 Cultural  
Auditório 3 - Brasília/DF

Realização: ANFIP, COMSEFAZ, FENAFIM, FENAFISCO, SINDIFISCO NACIONAL

## ALERTA DE GOLPE: criminosos se passam por escritórios credenciados da ANFIP



A Vice-Presidência de Assuntos Jurídicos da ANFIP informa que golpistas estão encaminhando mensagens de WhatsApp para associados, se passando por advogados dos escritórios Torreão Braz Advogados ou Mota & Advogados Associados.

Nas mensagens enviadas, os criminosos se referem a um precatório e, após conversar com os associados, solicitam pagamento de guias de DARF, o que **nunca foi exigido** nos processos da ANFIP.

Desta forma, orientamos aos associados **que não deem seguimento às mensagens e bloqueiem esses contatos**. Toda e qualquer comunicação com os associados no que se refere a precatórios partirá da própria Entidade, jamais dos escritórios.

ANFIP acompanha discussões sobre reforma tributária  
PÁGINA 2

ANFIP apoia seminário sobre Lei de Improbidade Administrativa  
PÁGINA 3

Inscrições prorrogadas! Participe do II Encontro Estadual da ANFIP-SC  
PÁGINA 6

## No Senado, ANFIP acompanha debates sobre reforma tributária

A ANFIP participou durante a semana de várias discussões sobre a PEC 45/2019, da reforma tributária. No dia 22 de agosto, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, acompanhou a primeira audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

Principal formulador da proposta de Emenda à Constituição, o economista Bernard Appy, que hoje comanda a Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária, no âmbito do Ministério da Fazenda, afirmou que o texto já aprovado pelos deputados trará crescimento econômico ao país. Ele observou que o modelo atual provoca inúmeros litígios quanto à cobrança de impostos, o que leva à insegurança jurídica e atrapalha o crescimento da economia.

Também convidado à audiência pública da CCJ, o ex-secretário da Receita Federal do Brasil, Everardo Maciel, disse que a PEC deixa muitos dispositivos a regulamentar, que a seu ver, mais tarde podem levar ao aumento da carga tributária. Já o relator, senador Eduardo Braga (MDB/AM), salientou que é preciso assegurar a simplificação. Ele disse que o Brasil vive um “manicômio tributário”. Assista [aqui](#) a íntegra do debate na CCJ.

**CCJ** - A ANFIP voltou à CCJ no dia 24 de agosto, oportunidade em que o presidente Wilson Romero e o vice-presidente Gilberto Pereira acompanharam audiência pública com representantes de entidades ligadas à indústria, construção civil e transportes.

A reunião foi coordenada pelo senador Eduardo Braga e recebeu como convidados o ex-senador Armando Monteiro Neto, conselheiro Emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Igor Lopes Rocha, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Fernando



Guedes Ferreira Filho, presidente do Conselho Jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC); Vander Francisco Costa e Alessandra Brandão, da Confederação Nacional do Transporte (CNT); e José Roberto Afonso, economista e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Os empresários, apesar de elogiarem o texto da reforma tributária aprovado pela Câmara dos Deputados, especialmente no que diz respeito à não cumulatividade de impostos, destacaram que ainda falta clareza em alguns pontos da proposta.

O vice-presidente Gilberto Pereira também participou, na mesma data, do seminário “Correio Debate: Reforma tributária”, realizado pelo Correio Brasileiro em parceria com o Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), em Brasília.

**CAE** - Em trabalho parlamentar realizado no dia 23 de agosto, Gilberto Pereira acompanhou o Ciclo de Debates Temáticos da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde os participantes analisaram o texto aprovado na Câmara

dos Deputados. Segundo o coordenador do debate, senador Efraim Filho (União/PB), o desafio da legislação complementar também será grande e não é possível antecipar a legislação infraconstitucional enquanto a regra geral prevista na PEC não estiver definida. Assista ao debate completo [aqui](#).

**CDH** - Em seguida, o vice-presidente esteve na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que discutiu o “Desenvolvimento sustentável e bem-estar social na Reforma Tributária” sob a coordenação do presidente da Comissão, senador Paulo Paim (PT/RS).

Paim frisou a necessidade de reavaliar o sistema tributário de forma mais abrangente, considerando não apenas os interesses econômicos, mas incluindo a justiça social e ambiental. As distorções no sistema tributário atual também foram criticadas pelo senador. Veja [aqui](#) a transmissão da audiência.

A ANFIP segue acompanhando os diversos debates e interagindo com os parlamentares em busca da aprovação de um projeto que consolide um sistema tributário justo.

### Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

**DIRETORA RESPONSÁVEL**  
Martuce do Socorro da Silva Soares

**Editora**  
Ludmila Machado

**REPORTAGEM**  
Daiana Lima, Ludmila Machado,  
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

**Edição eletrônica**  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## ANFIP participa da instalação da Comissão de Direitos e Democracia do Conselho



O presidente Vilson Romero participou, no dia 22 de agosto, da instalação da Comissão de Direitos e Democracia do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), também conhecido como “Conselhão”, realizada no Ministério da Justiça.

O intuito da Comissão, coordenada pelo ministro da Secretaria de Relações

Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, e composta por membros inscritos do CDESS, é estabelecer um espaço de diálogo permanente entre o Conselho e o governo sobre as políticas e ações governamentais relacionadas ao tema.

Na oportunidade, Alexandre Padilha destacou a importância da participação da sociedade civil nas discussões. “Não é possível pensar um

projeto de desenvolvimento econômico, social e sustentável para nosso país, sem afirmarmos a democracia, nossas instituições e um profundo debate com a sociedade civil”, disse.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, reafirmou o compromisso do Ministério, que será representado na Comissão pelo secretário nacional de justiça, Augusto de Arruda Botelho.

O encontro também contou com a participação do ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida. “Estamos em um momento histórico em que vamos ter que tomar algumas decisões e as que nós tomarmos agora vão refletir sobre a vida de todas as pessoas que virão depois de nós. Queiramos ou não assumir esse fardo, ele nos foi posto e teremos que nos mostrar dignos de carregar e de abrir portas”, declarou.

O presidente da ANFIP destacou “a importância desses colegiados e interlocução com a sociedade, permitindo a formulação de propostas e apresentação de demandas de políticas públicas no atendimento à sociedade”.

## ANFIP presente em discussões do GT de Digitalização e Desburocratização

O presidente Vilson Romero acompanhou, no dia 22 de agosto, na Câmara dos Deputados, a audiência pública do Grupo de Trabalho (GT) de Digitalização e Desburocratização, que teve como tema a administração tributária e as alternativas no campo digital.

O representante dos analistas de sistemas do Poder Executivo federal Francivaldo Cavalcante falou sobre a evolução das plataformas no âmbito da União e sobre a atual situação dos servidores da Tecnologia da Informação.

Segundo dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), mais de 150 milhões de brasileiros são usuários do Gov.br e 90% dos serviços oferecidos ao cidadão já são digitais, gerando uma economia de R\$ 5 bilhões dos custos anuais aos cofres públicos. A audiência foi coordenada pelo relator do GT, deputado Julio Lopes (PP/RJ).



## ANFIP apoia seminário sobre Lei de Improbidade Administrativa; inscrições abertas

Com apoio da ANFIP, as Delegacias Sindicais de São Paulo e de Santos do Sindifisco Nacional realizam, nos dias 4 e 5 de setembro, o seminário Lei de Improbidade Administrativa (LIA), Inovações e Repercussões. O evento acontecerá, das 8h às 18h, no Auditório Senador Major Olímpio, na sede da DS de São Paulo – Praça da República, 468, 9º andar.

As inscrições estão abertas até o dia 31 de agosto e podem ser feitas pelo telefone (11) 3299-5350, WhatsApp (11) 99349-

3105 ou e-mail [eventos@sindifiscosp.org.br](mailto:eventos@sindifiscosp.org.br). As vagas são limitadas à capacidade máxima permitida para o local.

O seminário debaterá as principais inovações da Lei 14.230/2021 (LIA) e repercussões nos tribunais; sindicância patrimonial e improbidade administrativa; formalismo e objetividade na apuração da variação patrimonial; reflexos da LIA no Processo Administrativo Disciplinar (PAD), entre outros temas. Confira [aqui](#) a programação completa.

## Reajuste para servidores federais vai à sanção presidencial

O Senado aprovou no dia 23 de agosto a medida provisória que concedeu reajuste de 9% a todos os servidores federais civis do Poder Executivo, autarquias e fundações, incluindo aposentados e pensionistas com direito à paridade. A MP 1.170/2023 segue para sanção presidencial na forma de um projeto de lei de conversão (PLV), pois houve acréscimos ao texto original do Executivo.

O aumento vale desde 1º de maio de 2023 e os salários corrigidos começaram a ser pagos em junho. A relatora na comissão mista que analisou a medida foi a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA).

A MP 1.170/2023 deu reajuste linear para todos os servidores e empregados públicos civis do Executivo federal, incluindo aposentados e pensionistas. O percentual dos valores resultou de acordo entre o governo e mais de

100 entidades representativas dos servidores na chamada mesa de negociação permanente, que estava suspensa desde 2016 e foi retomada no atual governo. O auxílio-alimentação também aumentou (43%), passando de R\$ 458 para R\$ 658 mensais.

A MP foi editada após sanção da Lei 14.563/2023, que incluiu recursos para a concessão do reajuste no Orçamento deste ano (Lei 14.535/2023).

Segundo o Executivo, a correção alcança mais de 1,1 milhão de beneficiários, dos quais 520 mil servidores civis ativos, 13,6 mil empregados públicos, 450 mil aposentados e 167 mil pensionistas. O custo será da ordem de R\$ 9,62 bilhões para o exercício de 2023 e de R\$ 13,82 bilhões anualizados a partir do próximo ano.

*Fonte: Agência Senado*

## ANFIP participa de reunião do Comitê Nacional do MCCE

O vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto, participou da reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), realizada no dia 23 de agosto, junto aos demais representantes das entidades que integram o Movimento.

Luciano Santos, diretor do MCCE, coordenou os trabalhos e atualizou as informações sobre as ações em andamento, especialmente sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 09/2023, do deputado Paulo Magalhães (PSD/BA), que libera os partidos para o não cumprimento das exigências legais vigentes. As entidades são veementemente contra essa anistia aos partidos e têm atuado no Legislativo, e mobilizado a sociedade, contra o conteúdo da PEC.

Além disso, foram abordados na reunião a Emenda Constitucional 111/2021, que disciplina a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais; o

Projeto de Lei Complementar 112/2021 (Código Eleitoral), que tramita no Senado Federal; o Fundo Eleitoral e assuntos gerais de interesse das carreiras.



## RFB implementa acesso ao e-Cac pelo Gov.br



A Receita Federal do Brasil (RFB) implementou, no mês de agosto de 2023, a recepção e controle de assinatura eletrônica avançada do [gov.br](http://gov.br) no sistema e-Processo Internet do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC).

Agora, os contribuintes ou representantes legais que acessarem o e-CAC, identificando-se no [gov.br](http://gov.br) com conta nível prata ou ouro, sem certificado digital, terão a possibilidade de solicitar a juntada de documentos contendo assinatura eletrônica avançada. Até então, o assinador de documentos

utilizado pelo sistema e-Processo Internet permitia somente obtenção de assinatura qualificada que utiliza Certificado Digital ICP-Brasil.

A medida vai proporcionar a expansão na tramitação de documentos digitais contendo assinatura eletrônica, assegurando a autenticidade e integridade de documentos e transações eletrônicas, além de diminuir custos para o cidadão contribuinte. A assinatura avançada [gov.br](http://gov.br) é gratuita e exclusiva para pessoas físicas.

Essa nova possibilidade dada ao contribuinte está em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 2022/21, que trata da recepção de documentos em formato digital por meio do e-CAC, inclusive impugnação, recurso e demais termos processuais produzidos eletronicamente pelo usuário, que deverão conter assinatura eletrônica avançada ou qualificada, nos termos dos artigos 4º e 5º do Decreto nº 10.543/2020.

Acesse [aqui](#) o arquivo com o passo a passo da assinatura avançada do [gov.br](http://gov.br) no e-Processo (e-Cac).

*Fonte: Receita Federal*

## Jusprev empossa Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal

A Jusprev reuniu representantes dos órgãos colegiados da entidade, no dia 18 de agosto, para discussão e deliberação de assuntos de interesse dos participantes e assistidos.



O presidente da ANFIP, Wilson Romero, também presidente do Colégio de Instituidoras da Jusprev, participou do encontro virtualmente.

Dentre os temas abordados na reunião estão as adequações do regulamento do Planjus para atendimento às exigências contidas na Nota Técnica nº 578/2023, expedida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); o ingresso de novas carreiras à instituição; e a apresentação dos benefícios oferecidos aos participantes do Planjus.

Também foram apresentados os relatórios de gestão e de acompanhamento das políticas de investimentos referentes aos 1º e 2º trimestres de 2023.

Após a reunião deliberativa, foi realizada a solenidade de posse da Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal da Jusprev, que assumem o mandato de quatro anos (2023/2027).

## AÇÃO FISCAL

### Aparelhos de Tv Box apreendidos pela RFB se transformam em 350 minicomputadores

A Receita Federal do Brasil (RFB), em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET), campus Varginha, realizou a entrega de 350 minicomputadores para 12 prefeituras do Sul de Minas, em evento no dia 25 de agosto, na sede da Delegacia da Receita Federal em Varginha (MG).

Os equipamentos eram originalmente aparelhos de TV Box irregulares que foram apreendidos pela Receita Federal e transformados em minicomputadores em projeto de extensão da UFLA e do CEFET.

As prefeituras beneficiadas são da região das agências de Campo Belo e São Sebastião do Paraíso: Aguanil, Campo Belo, Candeias, Carmópolis de Minas, Cristais, Passa Tempo, Santana do Jacaré, São Francisco de Paula, Pratápolis, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino e Varginha.

**Entenda** - A Receita Federal apreendeu os aparelhos de TV Box porque foram importados de forma irregular e eram adulterados para realizar a pirataria de canais pagos, filmes e outros conteúdos restritos. Os infratores cometem crimes de contrabando e violação aos direitos materiais e contra a propriedade imaterial.

Esses equipamentos foram destinados à UFLA e ao CEFET, que realizaram a transformação dos aparelhos em minicomputadores. O software que dá

acesso ilegal aos satélites foi removido e o aparelho foi bloqueado.

Em seguida, o equipamento foi reconfigurado para funcionar como um minicomputador, com sistema operacional e softwares de educação gratuitos. Após esse processo, os aparelhos passaram pelo teste da equipe da Receita Federal para assegurar que não possam mais retornar ao mercado como receptores de TV Box.

**Novos projetos** - Outras formas de utilização para os Tv Box estão sendo estudadas pelas equipes das instituições de ensino que participam do Programa Além do Horizonte. A premissa do programa é que os equipamentos possam ser descaracterizados e utilizados na prestação de serviços públicos em benefício da população.

No evento, foi demonstrado o resultado de um destes novos projetos que tem como objetivo o desenvolvimento de circuitos eletrônicos que viabilizam a comunicação de dispositivos, como computadores ou placas eletrônicas, com o mundo exterior por meio de sinais elétricos, conhecidos como Módulos de GPIO. Essa abordagem possibilita que os equipamentos de TV Box sejam empregados na automação de processos e no controle de robôs.

Esse projeto busca fomentar a inclusão de jovens e adultos nas áreas de programação, automação, robótica e inteligência artificial. O propósito é abrir oportunidades para um futuro no

qual estudantes de todo o país possam explorar e inovar no campo da tecnologia de maneira abrangente e criativa por meio dos dispositivos de TV Box.

O projeto foi desenvolvido pelo professor Juliano Coelho Miranda, do Departamento de Mecatrônica do CEFET de Varginha.

**Impacto Social** - O delegado da Receita Federal em Varginha, Eduardo Antônio Costa, reforça o impacto da descaracterização e da destinação: "A Receita Federal, pensando em uma destinação sustentável para mercadorias apreendidas impróprias para o uso e o consumo, deixa de destruir e, por meio de parcerias com as instituições de Ensino, passa a promover a transformação dessas mercadorias. Estamos economizando recursos públicos e evitando o impacto ambiental gerado pela destruição desses equipamentos, que geram lixo eletrônico. Reforçamos também a importância da experiência na formação profissional dos estudantes universitários, na medida em que poderão acompanhar de perto, com os professores, o processo de descaracterização dos equipamentos que são transformados em minicomputadores. Além disso, com a doação desses minicomputadores, estamos atendendo a uma necessidade das escolas públicas que é possibilitar o acesso de seus alunos à tecnologia, contribuindo para a aprendizagem desses alunos da rede pública".

*Fonte: Receita Federal.*

## ESTADUAIS

### Inscrições prorrogadas! Participe do II Encontro Estadual da ANFIP-SC

O II Encontro Estadual dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil de Santa Catarina será realizado de 1º a 3 de setembro, em Balneário Camboriú (SC), no Marambaia Hotel. Para atender os diversos interessados em participar, a ANFIP-SC, organizadora do evento, prorrogou o prazo final de inscrições para 29 de agosto, até as 18 horas.

Garanta já sua participação e inscreva-se junto à secretaria da ANFIP-SC pelo telefone (48) 3223-2800, WhatsApp (48) 9923-9408 ou por e-mail [anfipsc@gmail.com](mailto:anfipsc@gmail.com) e [eventossc@anfip.org.br](mailto:eventossc@anfip.org.br).

As informações sobre pagamento, hospedagem, alimentação e passeios podem ser obtidas na secretaria da Estadual.

Clique [aqui](#) e confira a programação.



## BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

### Descontos nas melhores escolas de idiomas só no seu clube de vantagens

<p>Até <b>50%</b> de desconto*</p>	<p>Até <b>40%</b> de desconto*</p>	<p>Até <b>20%</b> de desconto*</p>	<p>Até <b>35%</b> de desconto*</p>	<p>Até <b>50%</b> de desconto*</p>	<p>Até <b>30%</b> de desconto*</p>
------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------

Pensando em aprender um novo idioma? Aproveite os descontos que o ANFIP Tem +Vantagens oferece aos

associados e matricule-se já. Escolas como Wizard, KNN, Fisk, CNA, Canada Intercâmbio e Park Educacion

com condições imperdíveis que chegam a até 50% de desconto. Acesse a [plataforma](#) e confira.

## FALE COM A ANFIP

### GERAL

(61) 3251-8100  
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)  
E-mail: [ouvidoria@anfip.org.br](mailto:ouvidoria@anfip.org.br)

### APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)  
(61) 99973-5776 (WhatsApp)  
E-mail: [aposentadoriasensoes@anfip.org.br](mailto:aposentadoriasensoes@anfip.org.br)

### CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)  
E-mail: [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br)

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)  
E-mail: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

### JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)  
(61) 98176-9051 (WhatsApp)  
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126  
E-mail: [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br)

### PRESIDÊNCIA

E-mail: [presidencia@anfip.org.br](mailto:presidencia@anfip.org.br)

### SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)  
E-mail: [secretaria@anfip.org.br](mailto:secretaria@anfip.org.br)

### SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)  
(61) 98366-6006 (WhatsApp)  
E-mail: [assistenciais@anfip.org.br](mailto:assistenciais@anfip.org.br)  
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199  
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339  
[concierge@benevix.com.br](mailto:concierge@benevix.com.br)  
Benevix/Unimed: 0800 606 7272  
Geap: 0800 728 8300



ANFIP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ANFIP